



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pregão Eletrônico nº 19/2017 - Processo Administrativo nº 640/2017 – Contrato nº 34/2017

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, denominado Coren-SP, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto nº 82 – Bela Vista – São Paulo-SP – CEP 01331-000, neste ato representado por sua Presidente, Fabiola de Campos Braga Mattozinho.

CONTRATADA – BICIEXTIL EXTINTORES EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 54.879.168/0001-48, com sede na Av. João XXIII, 901, Vila Formosa, São Paulo-SP - CEP 03361-000, telefone (11) 2918-2689, e-mail vendas3@biciextil.com.br, neste ato representada por seu Procurador, Paulo Roberto Sotopietra Filho, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 32.448.077-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 296.456.568-69, residente na Rua Oliveira Catrambi, 82, Jardim Vila Formosa, São Paulo-SP – CEP 03461-010.

O presente Contrato obedece às seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recarga de extintores, realização de teste hidrostático nos extintores indicados e nas mangueiras dos hidrantes, manutenção geral dos equipamentos, com revisão e troca de peças quando necessário, limpeza, pintura e testes de níveis diversos estabelecidos pelo INMETRO, para a **Subseção de Santo André** o **NAPE Santo Amaro** do Coren-SP.

2. DO VALOR CONTRATUAL

2.1. O presente Contrato ajusta os seguintes valores:

Item	Local	Serviço	Tipo	Tamanho	Quantidade de extintores	Quantidade anual de recargas/teste e hidrostático	Quantidade total anual de recargas/ teste hidrostático x Quantidade de extintores	Valor unitário para cada recarga	Valor total (quantidade total anual de recargas x valor unitário)
18	Santo Amaro	Recarga / Teste nível II	ABC	6kg	2	1	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00
19	Santo André	Recarga / Teste nível II	ABC	6kg	2	1	2	R\$ 99,00	R\$ 198,00
Valor total: R\$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais)									

2.2. Os valores acima estão em conformidade com a proposta apresentada pela Contratada na sessão da Licitação, vinculada ao presente Instrumento.

2.3. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com prestação de serviços do objeto da contratação, tais como: mão de obra, deslocamento do pessoal, materiais, peças, equipamentos, tributos, e todas as despesas diretas e indiretas.

2.4. O preço permanecerá fixo e irrevogável durante o período de vigência do presente Contrato.

3. DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

3.1. Conforme interesse do Coren-SP, o valor inicial da contratação poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites legalmente estabelecidos.

3.3. As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido, somente serão admitidas através do acordo entre as partes.

4. DA DESPESA

4.1 As despesas resultantes da execução deste Contrato serão atendidas pelo Elemento de Despesa de nº **6.2.2.1.1.33.90.39.002.016 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis.**

5. DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E DA RESCISÃO

5.1. O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 24/07/2017 a 23/07/2018, e poderá ser prorrogado pela Contratante, desde que presente o interesse público e que sejam observados os princípios norteadores da Administração Pública, bem como aferida a manutenção da vantajosidade e economicidade para a Administração.

5.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Conforme disposto na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2011, após o interregno de 12 (doze) meses a partir do início da vigência contratual, o preço dos insumos e materiais necessários à prestação dos serviços poderá ser reajustado com base na data de apresentação da proposta ou do último reajuste, conforme variação do Índice Geral de Preços do Mercado, medido pela Fundação Getúlio Vargas – IGPM/FGV, ou índice setorial, se houver, podendo o IGPM ser substituído por outro equivalente em caso de extinção.

5.2.1. Para o cálculo do primeiro reajuste será utilizada a variação do índice do período compreendido entre o mês da data da proposta comercial e o índice do mês anterior à data prevista para o reajustamento;

5.2.2. Para os reajustes subsequentes será utilizada a variação do índice no período compreendido entre o mês da data de concessão do último reajuste do Contrato e o índice do mês anterior à data prevista para o reajustamento.

5.3. Ocorrerá a preclusão do direito da Contratante ao reajuste caso não o pleiteie na ocasião da prorrogação contratual.

5.4. Em todos os casos de reajustamento será observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e as condições mais vantajosas para a Administração.

5.5. Caso ocorra fato justificado, a rescisão contratual seguirá o disposto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993.

6. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

6.1. Sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), será exigida garantia mínima de 12 (doze) meses para os serviços de recarga e para peças, com exceção da recarga dos extintores de CO₂ (de acordo com a NBR nº 12962 do INMETRO) e dos testes hidrostáticos, para os quais serão exigidas garantias de 06 (seis) meses e 5 (cinco) anos, respectivamente, podendo inclusive a Contratada oferecer garantia adicional. A Contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o mesmo dispositivo legal.

6.1.1. As garantias não se exaurem com o fim da vigência contratual, devendo ser observados os prazos fixados acima.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

7.1. Após assinatura do presente Ajuste e, **quando convocado**, apresentar ao Fiscal ou Gestor do Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, como condição para início dos trabalhos:

7.1.1. Cronograma de prestação do objeto, acordado com a Contratante.

7.1.2. Comprovante de regularidade junto ao INMETRO, conforme Portaria 206/2011 INMETRO (Art. 3º)

7.2. Em até 07 (sete) dias úteis após o término de cada serviço, a Contratada deverá apresentar:

7.2.1. Relatório dos serviços prestados, devidamente assinado pelo responsável da Contratada, contendo informações acerca da execução dos serviços;

7.2.2. Nota fiscal contendo a descrição do objeto com a descrição detalhada dos serviços executados, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento; indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (prestação de serviços e/ou comercialização).

7.2.2.1. A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (comercialização/prestação de serviços).

7.2.2.1.1. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

7.2.2.1.2. A Contratada deverá obedecer aos ditames estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil IN/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

7.1.1 Comprovação de regularidade fiscal através de certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas válidas relativas:

7.1.1.2 Às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

7.1.1.3 Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

7.1.1.4 Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.1.5 Às Fazendas Estadual e/ou Municipal;

7.1.1.6 Aos Débitos Trabalhistas.

7.2 Deverá a Contratada, ainda, manter toda documentação acima relacionada atualizada e apresentar suas atualizações ao Fiscal do Contrato quando lhe for solicitado e/ou por ocasião da prorrogação contratual, se houver.

7.3 A não apresentação ou irregularidade de qualquer um dos itens relacionados nas cláusulas anteriores



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

caracterizará descumprimento de obrigação acessória e poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais.

8 DOS PRAZOS, DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços serão prestados conforme cronograma acordado com a Contratante nos termos, prazos e endereços descritos no Termo de Referência e Especificações Técnicas do Edital. A prestação do objeto e a devolução dos extintores deverão ser realizadas no prazo de até 15 dias úteis, a contar de sua retirada das respectivas unidades do Coren-SP pela Contratada.

8.2 O horário para prestação do serviço, incluindo retirada e devolução do objeto deverá ser das 08h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, conforme agendamento prévio, no(s) seguinte(s) endereços:

8.2.1 NAPE Santo Amaro: R. Amador Bueno, 328 - sala 01 – Térreo - Santo Amaro – São Paulo/SP - CEP 04160-010. CNPJ: 44.413.680/0014-65.

8.2.2 Subseção Santo André: R. Dona Eliza Fláquer, 70 - salas 31, 36 e 38 - 3º andar - Santo André/SP – CEP 09020-160. CNPJ: 44.413.680/0015-46.

8.3 Hipóteses e prazos para refazimento dos serviços e substituição de materiais:

8.3.1 Em caso de serviços prestados inadequadamente ou fora das especificações do Edital e seus Anexos ou, ainda, que não surtirem os resultados pretendidos com a contratação, a Contratada deverá sanar os problemas em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação;

8.3.2 Caso algum serviço ou item apresente falha ou vício de fabricação, a Contratada deverá, às suas expensas, efetuar a substituição do item imediatamente à notificação ou dentro do prazo aceitável para a regularização da situação, acordado com Coren-SP.

8.3.3 Nessas situações, todos os ônus decorrentes de eventuais substituições de serviços ou de peças/materiais/equipamentos correrão por conta da Contratada

8.3.4 A notificação à Contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-SP.

8.4 Permanecendo irregularidades quanto à especificação do objeto, vício ou à execução inadequada dos serviços, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.5 O transporte de itens e de todo material e equipamentos necessários para a prestação do serviço ficará a critério da Contratada, que se responsabilizará pela integridade dos produtos e objetos entregues, bem como pelo manuseio dos itens nas dependências do Coren-SP.

8.6 A recarga dos extintores poderá também ser realizada à base de troca, sendo que os equipamentos e peças fornecidos mediante troca deverão estar em perfeito estado de uso, não apresentando qualquer tipo de dano estrutural ou aparente.

8.7 Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

9 DOS PRAZOS PARA RECEBIMENTO

9.1 Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

9.1.1 Provisoriamente, no ato da entrega do serviço e da nota fiscal, para posterior verificação;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.1.2 Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação dos serviços prestados de acordo com as especificações do objeto licitado e da conformidade da documentação (nota fiscal, relatórios, regularidades fiscais e demais documentos de apresentação obrigatória);

9.2 O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o recebimento definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado por serviço concluído no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.

10.2 A Contratada receberá apenas pelos serviços efetivamente prestados.

10.3 A Contratante reserva-se no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com a legislação tributária vigente e, ainda, se for constatado no ato da atestação, que os serviços prestados não correspondem às especificações do Edital.

10.3.1 Nas hipóteses em que não ocorrer o pagamento, não terá a Contratada o direito à compensação financeira ou alteração de preços.

10.4 Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

10.5 A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

10.6 A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN/RFB nº 1.234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

10.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos, demais dispositivos legais e das contidas no Edital e seus Anexos, a Contratante obrigar-se-á a:

11.1.1 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP para realizar os serviços contratados.

11.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

11.1.3 Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas;

11.1.4 Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual;

11.1.5 Solicitar a retificação/substituição dos serviços prestados inadequadamente ou que não atenderem às especificações do objeto constantes Termo de Referência e Especificações Técnicas do Edital;

11.1.6 Solicitar a substituição de pessoas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços.

11.1.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.8 Registrar, em sistema próprio, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

11.1.9 Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos serviços prestados nos prazos e condições estabelecidos.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Caberá à Contratada, a partir da assinatura do Contrato, o cumprimento das obrigações constantes no Edital de Licitação e de seus Anexos e, também, das seguintes:

12.1.1 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP, quando couber.

12.1.2 Informar previamente ao Fiscal do Contrato, se a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP, quando houver, durante a execução dos serviços.

12.1.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP;

12.1.4 Ressarcir a Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a execução dos serviços, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.

12.1.5 Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

12.1.6 Manter, durante o período de contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação.

12.1.7 Designar, por escrito, no ato da assinatura do Contrato, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto contratual.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.1.8** Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.
- 12.1.9** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 12.1.10** Possuir todos os registros que permitam a execução dos serviços descritos no objeto contratual e apresentar suas comprovações e atualizações.
- 12.2** A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:
- 12.2.1** Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas decorrentes desta contratação.
- 12.2.2** Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.
- 12.2.3** Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.
- 12.2.4** Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 12.2.5** Custos da mão de obra, dos materiais, equipamentos e uniformes necessários à prestação dos serviços, inclusive quando houver necessidade de reposição ou substituição.
- 12.3** Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:
- 12.3.1** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente.
- 12.3.2** Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.
- 12.3.3** Prestar os serviços em conformidade com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.
- 12.3.4** Providenciar o transporte interno e externo, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais e ferramentas necessários à execução do objeto nos endereços indicado neste Instrumento.
- 12.3.5** Executar os trabalhos de forma a proporcionar os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e a satisfação da Contratante, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos.
- 12.3.6** Executar os trabalhos de forma a adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como, racionalização do consumo de energia elétrica e de água; destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção; entre outras.
- 12.3.7** Utilizar pessoal próprio, devidamente treinado e qualificado para a fiel execução contratual.
- 12.3.8** Dispor de pessoal necessário para garantir a execução do objeto no regime desta contratação sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 12.3.9** Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto às substituições de trabalhador não qualificado ou entendido como inadequado para a prestação dos serviços.
- 12.3.10** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a execução dos serviços.
- 12.3.11** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências do Coren-SP.
- 12.3.12** Durante a permanência nas instalações do Coren-SP, manter os trabalhadores devidamente identificados.
- 12.3.13** Manter seu pessoal portando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), se necessário.
- 12.3.14** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da administração.
- 12.3.15** Executar os serviços contratados com o sigilo necessário.
- 12.4** São expressamente vedadas à Contratada:
- 12.4.1** A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução do contrato decorrente deste Pregão.
- 12.4.2** A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.
- 12.4.3** A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Pregão, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.
- 12.5** A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhistas não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.
- 13 DAS SANÇÕES**
- 13.1** Poderá ficar impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeito à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:
- 13.1.1** Apresentar documentação falsa;
- 13.1.2** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3** Falhar na execução do contrato;
- 13.1.4** Fraudar na execução do contrato;
- 13.1.5** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.6** Cometer fraude fiscal;
- 13.1.7** Fizer declaração falsa.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.2 Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

13.3 Para a Contratada que cometer as condutas dos itens 13.1.3 e 13.1.4, será aplicada multa nas seguintes condições:

13.3.1 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

13.3.1.1 A partir do décimo sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;

13.3.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, a partir do décimo sexto dia, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.3.3 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

13.3.4 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do Contrato, exceto a prevista nos casos de inexecução total.

13.4 Quando não for possível auferir o descumprimento contratual pelas alíneas anteriores, serão utilizados os quadros abaixo, nos quais: A Tabela 1 visa estabelecer parâmetros de aplicação de sanções e tipificando situações mais frequentes, enquanto a Tabela 2 delimita, relativamente aos valores contratados, a monta e os graus de infração.

TABELA 1 - INFRAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO - INFRAÇÕES	AFERIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, sem justificativa aceita pela Administração, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	Por ocorrência e por dia	04
2	Utilizar peças/partes que não sejam novas em substituição àquelas identificadas como inadequadas.	Por ocorrência	03
4	Entregar documentação legal prevista no objeto em desacordo com as normatizações vigentes	Por documento	01
5	Permitir a presença de empregado sem uniforme e/ou sem crachá;	Por empregado e por ocorrência	01
6	Reincidir em qualquer das infrações previstas nesta tabela, após notificação formal pelo órgão fiscalizador.	Por ocorrência	03
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
6	Fornecer Atestado Técnico de Funcionamento dos Equipamentos do Sistema de Segurança Contra Incêndio (extintores e mangueiras) ou Notas Fiscais de aquisição das peças, caso utilizadas nos serviços executados.	Por documento	01
7	Sanar problemas que exijam substituição de peças ou substituí-las	Por ocorrência	03



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO - INFRAÇÕES	AFERIÇÃO	GRAU
	inadequadamente, causando danos aos equipamentos.		
8	Zelar pelas instalações do Coren-SP utilizadas;	Por item e por dia	02
9	Prestar os serviços de acordo com as Normas Técnicas de Segurança.	Por ocorrência	03
10	Cumprir com os prazos de substituição e/ou refazimento do objeto.	Por ocorrência e por dia	01
11	Cumprir com o cronograma estabelecido.	Por ocorrência e por dia	03

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	2,0% (um e meio por cento) sobre o valor contratual
02	3,0% (dois por cento) sobre o valor contratual
03	4,0% (três por cento) sobre o valor contratual
04	5,0% (quatro por cento) sobre o valor contratual

13.5 Para as demais condutas e, em quaisquer casos descritos nas cláusulas anteriores, a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

13.6 O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

13.6.1 A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

13.6.2 Não sendo essa importância suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

13.6.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

13.7 Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e as demais penalidades descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 isoladamente ou cumulativamente com a pena de multa.

13.8 Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.

13.9 As sanções apenas serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

13.9.1 Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades.

13.9.2 A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das penalidades, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.9.3 Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

13.10 Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

13.10.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

13.11 Para aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 As Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, o Código Civil e o Código de Processo Civil e a Lei Federal nº 8.078/1990, com suas respectivas alterações, regerão as hipóteses não previstas neste Contrato.

15 DO FORO

15.1 As partes elegem de comum acordo, o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, 19 de julho de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Fabiola de Campos Braga Mattozinho
Presidente

BICIEXTIL EXTINTORES EIRELI-EPP

Paulo Roberto Sotopietra Filho
Procurador

Preenchido por: CTSP